

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9256 | Salvador, segunda-feira, 09.02.2026

Presidente em exercício Elder Perez



ULTRALIBERALISMO

Economia parasita

O imenso mal que o projeto ultraliberal, responsável pelo rentismo, causa ao Brasil e aos brasileiros pode ser medido na informação de que os 300

bilionários existentes no país podem lucrar até R\$ 400,00 ao dia com aplicações no mercado de capitais. Economia parasita.

Página 3

Bradesco: lucro bilionário com desligamentos

Página 2

O capital devasta, trabalhador paga

Página 4



*- Dinheiro não foi feito para circular?
- Só se for em minhas veias.*

Bilhões em lucro, muita demissão

Banco fechou quase 2 mil vagas no ano passado. Um terror

REDAÇÃO
imprensa@bancariosbahia.org.br

O BRADESCO encerrou 2025 com lucro líquido de R\$ 24,652 bilhões, crescimento de 26,1% na comparação com 2024. Apesar do resultado, o segundo maior banco do país fechou 1.927 postos de trabalho no período, queda de 2,3%. Em cinco anos, o Bradesco encerrou 25 mil vagas no país.



O número de agências também vem em forte redução. A rede ficou em 2.009 unidades, corte de 12,4% e os postos

de atendimento, 1.872 (menos 37%). As lojas de negócios fecharam o ano em 724, queda de 0,4%. Os fechamentos ocor-

rem principalmente no interior, muitas vezes em cidades com apenas uma agência.

A diminuição da rede física ainda causa outros problemas, como a concentração do atendimento em poucas unidades, provocando filas, demora e obrigando clientes a se deslocarem para outros municípios ou bairros.

O contraste entre lucros bilionários e fechamento de postos de trabalho reafirma a intenção de lucrar ante qualquer coisa, mesmo que signifique excluir a população e sobrecarregar funcionários.

Santander paga PLR

O SANTANDER vai pagar a segunda parcela da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) somente no dia 27 de fevereiro, juntamente com a folha salarial do mês e a gratificação semestral. Poucos dias antes do prazo final estabelecido pelo ACT (Acordo Coletivo de Trabalho).

Os valores dizem respeito ao desempenho do segundo semestre. Além da PLR, tem o Programa Próprio de Resultados Santander, incluindo a parcela adicional, reajustada para R\$ 3.880,84 neste ano.

Reunião com BNB sem definições

O BNB promete pagar a PLR (Participação nos Lucros e Resultados) neste mês. Mas, não apontou a data, sob a alegação de que vai depender do pagamento dos dividendos aos acionistas. Um absurdo, pois coloca os empregados, que geram a riqueza, em segundo plano.

Na reunião com a empresa, na semana passada, a Comissão de Funcionários cobrou os celulares corporativos, pois os empregados utilizam os aparelhos pessoais, o que os impede de desconectar-se.

Os EPI's (Equipamentos de



Diretora do Sindicato da Bahia Jeane Garcia, na reunião, em Fortaleza

Proteção Individual) para os técnicos de campo, foi outra questão cobrada. Há relatos de funcionários comprando mate-

riais para trabalhar. O banco se comprometeu em dar uma resposta na próxima negociação.

Muitos gestores estão entregando as funções por não suportarem a carga excessiva, com pedidos, inclusive, para ocuparem cargos mais simples, e com redução da remuneração. Não em vão, várias concorrências são abertas para a função sem que ninguém demonstre interesse.

Os representantes dos funcionários sugeriram a possibilidade de criar mais carteiras de clientes para dividir melhor o trabalho e que haja um auxiliar de negócios para cada gerente de relacionamento. O banco avaliou a proposta como positiva e prometeu estudá-la melhor.

Na Cassi, chapas 2 e 55



OS ASSOCIADOS da Cassi elegem, em março, a diretoria de Risco Populacional, Saúde e Rede de Atendimento, além de membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal. A votação acontece entre 13 e 23.

O Sindicato dos Bancários da Bahia apoia as chapas 2 e 55 - Cassi para os Associados, formada por candidatos pertencentes às forças que compõem o Comando Nacional.

A Chapa 2 - Cassi para os Associados tem como candidatos: Luciana Athaide Brandão (Diretoria de Risco Populacional, Saúde e Rede de Atendimento);

Gilmar José dos Santos (Conselho Deliberativo); Diusa Alves (Conselho Deliberativo - Suplente 1); Humberto de Oliveira (Conselho Deliberativo - Titular 2); e Loreni Senger (Conselho Deliberativo - Suplente 2).

Já os candidatos da Chapa 55 - Cassi para os Associados são: Diego Alves Carvalho (Conselho Fiscal - Titular) e Luana Narimatsu da Silva (Conselho Fiscal - Suplente).



Nas favelas, a maioria quer moradia digna, que deveria ser garantida

Direitos negados nas favelas

PESQUISA do Data Favela expõe de forma crua a realidade de quem vive nas favelas: ainda que haja força de trabalho, cultura e planos de futuro, a vida cotidiana é marcada por carências de infraestrutura e de direitos básicos.

Ao projetar o futuro, a maioria dos moradores aponta como urgências não assistidas o acesso a moradia digna, serviços de saúde de qualidade e segurança no território, superando desejos como educação superior para os filhos ou segurança alimentar, que aparecem em posições secundárias.

O levantamento revela um retrato claro de desigualdade: apesar de contribuir com trabalho e dinamismo para a economia, a população das favelas segue à margem das políticas públicas essenciais.

Não é uma questão de “melhorar” um bairro, trata-se de garantir direitos que deveriam ser universais e que, há séculos, são negados a milhões de brasileiros.

EM DOIS anos mais de 17 milhões de brasileiros ascenderam



Bilionários sem produzir

Ganho de aplicação chega a absurdos R\$ 400 mil por dia

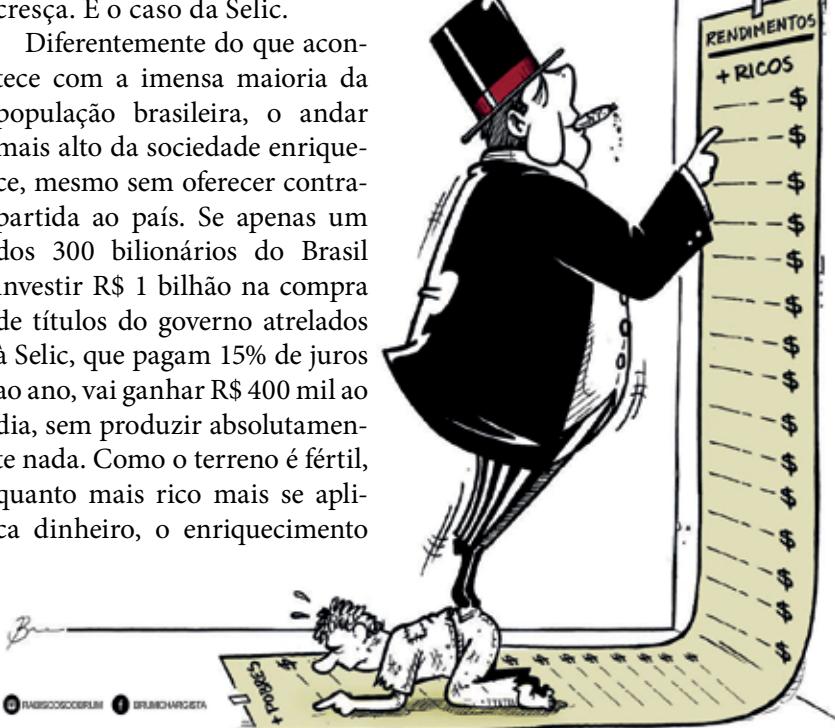
ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

ocorre em escala crescente. É um sistema que não gera recursos, apenas drena. Não por acaso, há resistência do Congresso Nacional em resolver a questão. Basta observar que diversos parlamentares mantêm aplicações financeiras e se beneficiam com juros tão altos.

Contrariando os interesses da população, o Congresso não aprovou a taxação dos super-ricos. A fortuna dos 300 bilionários soma R\$ 2,01 trilhões, ou 17,1% do PIB (Produto Interno Bruto). Portanto, taxá-los é uma forma de combater a pobreza.

A CONCENTRAÇÃO de renda e a desigualdade social no Brasil são aberrantes. Assim, em uma economia desigual, não há margem para o pequeno se desenvolver. É claro que o problema é secular, mas existem travas que podem e devem deixar de existir para que o país cresça. É o caso da Selic.

Diferentemente do que acontece com a imensa maioria da população brasileira, o andar mais alto da sociedade enriquece, mesmo sem oferecer contrapartida ao país. Se apenas um dos 300 bilionários do Brasil investir R\$ 1 bilhão na compra de títulos do governo atrelados à Selic, que pagam 15% de juros ao ano, vai ganhar R\$ 400 mil ao dia, sem produzir absolutamente nada. Como o terreno é fértil, quanto mais rico mais se aplica dinheiro, o enriquecimento



Mais de 17 milhões em ascensão

a classes sociais mais altas (A, B e C). Um movimento que re-

décadas anteriores.

Os resultados, segundo a FGV (Fundação Getúlio Vargas), foram impulsionados principalmente pelo aumento da renda do trabalho e pela combinação de políticas públicas de transferência de renda com o dinamismo do mercado de trabalho, registrando a maior participação das classes médias desde 1976. É a democracia social mudando a vida do povo.

presenta um dos maiores avanços sociais da história recente do país e reflete ganhos de renda que ultrapassam os níveis observados em

Trabalhador paga pela devastação

As catástrofes ambientais evitáveis causaram danos de R\$ 28,3 bilhões ao país

JÚLIA PORTELA
imprensa@bancariosbahia.org.br

RELATÓRIO da corretora e consultora internacional de riscos Aon revela que os desastres climáticos registrados no Brasil, ano passado, geraram prejuízos de US\$ 5,4 bilhões, o equivalente a cerca de R\$ 28,3 bilhões. O levantamento escancara o custo econômico de eventos extremos que se tornam cada vez mais frequentes em um país marcado pela ausência de planejamento e pela fragilização de políticas públicas.

Longe de serem tragédias naturais inevitáveis, os prejuízos resultam de escolhas políticas orientadas por um modelo que prioriza o lucro e trata a crise climática como detalhe. O desmonte do Estado, a precarização da in-

fraestrutura urbana e produtiva e a falta de investimentos em prevenção ampliam os impactos sobre cidades, o campo e, principalmente, sobre a classe trabalhadora.

Enquanto o sistema financeiro, grandes empresas e o agronegócio ampliam lucros e metas, os trabalhadores pagam a conta da destruição ambiental, perdem casas, renda, direitos e segurança.

O custo da reconstrução recai sobre o esforço coletivo, financiado pelo trabalho de quem já vive sob precarização, enquanto as elites econômicas permanecem blindadas, lucrando com um modelo que produz desastre, desigualdade e mortes.



Eventos extremos se tornaram muito mais frequentes com a crise climática

Safra recorde de café

A PRIMEIRA estimativa da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) para a safra de café, este ano, indica um crescimento robusto da produção, projetando 66,2 milhões de sacas, avanço de cerca de

17% em relação ao ano anterior e o maior volume da série histórica da estatal. O resultado é atribuído à combinação de bienalidade positiva da cultura, expansão da área plantada e clima favorável, refletindo um movimento de retomada da produtividade no maior setor agrícola de commodities do país.

O avanço chega em um momento quando o Brasil reafirma posição como líder global na produção e exportação de café, um ativo importante não apenas para toda a cadeia produtiva nacional. Embora os números sejam positivos e tragam perspectivas de receita, é essencial que o crescimento da produção se traduza em proteção aos trabalhadores rurais e consumidores frente às pressões de preço no varejo.



Expectativa é de que o preço reduza nos mercados

SAQUE

Rogaciano
Medeiros

PLENA EVOLUÇÃO Apesar dos constantes e traiçoeiros ataques da extrema direita, do fascinazismo, o Estado democrático de direito no Brasil tem conseguido avançar. Derrotou os bolsonaristas nas urnas, condenou e prendeu golpistas pela primeira vez na História, não concedeu anistia e nem abriu mão da soberania nacional perante ameaças dos EUA. Se conseguir prender os culpados pelo escândalo do Banco Master então... Consagração democrática.

PELA REPÚBLICA Quando a Justiça trilha o caminho da legalidade, de respeito à Constituição, o Brasil e os brasileiros saem ganhando. Exemplo claro disto é a decisão do ministro Flávio Dino, do STF, de suspender, nos três poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário -, todos os penduricalhos que geram os supersalários na alta burocracia estatal. Atitude que reduz a sangria do erário, reforça os valores republicanos, incentiva a ética no serviço público.

BOA SEQUÊNCIA Logo após Alexandre de Moraes discordar publicamente da pretensão do presidente do STF, Edson Fachin, de adotar um tal código de conduta, como se os ministros não estejam se conduzindo bem, Flávio Dino mexe em vespeiro antigo e dá um passo significativo na luta para derrubar os supersalários no funcionalismo público com a suspensão dos penduricalhos. Os dois têm sido exemplares na defesa e cumprimento da Constituição.

NA COMPARAÇÃO “Acho que a gente pode ganhar as eleições (para o governo estadual) em São Paulo se a gente escolher um candidato a governador, o Alckmin ou o Haddad, a Simone Tebet. Nós vamos ganhar aquelas eleições em São Paulo, porque é o seguinte: quem é que fez mais política social? Quero comparar com os governadores”. Do ex-ministro José Dirceu, sobre formação de chapas para a presidência da República e para o governo paulista.

CHEGAR ANTES Certeira, a colocação da ministra das Mulheres, Márcia Lopes, sobre o Pacto Nacional Brasil Contra o Feminicídio, lançado na quarta-feira: “O Estado precisa chegar antes, e para isso, toda a participação é muito importante”. Realmente, o desafio é impedir o crime, pois muitas das mulheres assassinadas tinham medida protetiva e nem por isto escaparam de uma tragédia nacional que provoca quatro mortes por dia.